



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE O
PLANO REGIONAL ANUAL E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2020

NOVEMBRO DE 2019

| | |
|---|----------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada: 3116 | Proc. n.º: 108/50/XI |
| Data: 019/11/18 | N.º: 108/511/XI |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

CAPÍTULO I

Introdução

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 6 de novembro de 2019, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de proceder à apreciação e emissão de parecer sectorial sobre o Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020, nas áreas da sua competência.

A apreciação sectorial dos referidos documentos, por parte da Comissão de Assuntos Sociais, é efetuada por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e rege-se pelo disposto nos artigos 163º e 164º do Regimento da mesma Assembleia, em conjugação com o disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro.

O Plano Regional Anual e de Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 2020 deram entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 31 de outubro de 2019. Por despacho da Sra. Presidente da Assembleia, a apreciação em sede das Comissões Permanentes foi agendada para os dias 6 e 7 de novembro de 2019, devendo cada uma delas enviar, posteriormente, o respetivo parecer à Comissão Permanente de Economia.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

As iniciativas do Governo Regional em apreciação fundamentam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprova o Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227ª da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com o disposto nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos e programação de investimento público, e respetiva preparação, elaboração e aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

CAPÍTULO III

Processo de Análise

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação e emissão de parecer sobre o Plano Regional Anual e de Orçamento para 2020, no âmbito das suas áreas de competência específica, elencadas na alínea iii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, a saber: Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Saúde; Solidariedade e Segurança Social; Juventude; e Desporto.

No âmbito da apreciação das referidas Propostas, a Comissão procedeu à audição dos seguintes membros do Governo Regional, em razão da matéria:

- Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, no âmbito do Objetivo “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”, Programa 5 – “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”.
- Secretário Regional da Educação e Cultura, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 6 – “Educação, Cultura e Desporto”.
- Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 7 – “Juventude”.
- Secretária Regional da Saúde, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 8 – “Desenvolvimento do Sistema de Saúde”.
- Secretária Regional da Segurança Social, no âmbito do Objetivo “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, Programa 9 – “Solidariedade Social”.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

CAPÍTULO IV

Apreciação na Generalidade

Com o Plano Regional para 2020 entra-se na derradeira etapa do período de programação do investimento público nos Açores, enquadrado pelas Orientações de Médio Prazo 2017-2020.

A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e integra e potencia uma envolvente regional de crescimento e convergência e que, resultante da ação do XII Governo dos Açores, decorre num ambiente económico e financeiro mais favorável que o do quadriénio precedente.

O presente documento revela em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo, durante o ano de 2020.

Conforme a legislação aplicável, este Plano Anual compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a situação económica e social da Região, em complemento com a informação e dados aduzidos no diagnóstico estratégico inserido nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, um segundo capítulo com as principais linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada por programa, projeto e ação, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e com participação comunitária em vigor na Região e prevê um investimento público global de € 816.383.464.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e de Orçamento referente a 2020, efetuada pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais, incidiu sobre dois dos quatro grandes objetivos, a saber: “Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades”, que representa 19,4% do valor global do investimento público e “Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo”, que representa 50,0%, cuja implementação se desenvolve no âmbito de 5 departamentos governamentais, designadamente: a Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Secretaria Regional da Solidariedade Social, Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Secretaria Regional da Educação e Cultura e Secretaria Regional da Saúde.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Anual Regional para o ano de 2020, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Quadro I

Plano Anual para 2020

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais)

| Objetivos / Programas | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|--------------------------|--------------------|--------------------|
| Fomentar o Crescimento Económico e o Emprego, Sustentados no Conhecimento, na Inovação e no Empreendedorismo | 408.395.981 | 191.102.289 | 217.293.692 |
| 5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação | 15.868.749 | 7.426.749 | 8.442.000 |
| Reforçar a Qualificação, a Qualidade de Vida e a Igualdade de Oportunidades | 158.140.237 | 155.515.237 | 2.625.000 |
| 6. Educação, Cultura e Desporto | 65.345.725 | 64.920.725 | 425.000 |
| 7. Juventude | 1.797.907 | 1.797.907 | |
| 8. Desenvolvimento do Sistema de Saúde | 45.435.972 | 45.435.972 | |
| 9. Solidariedade Social | 26.332.349 | 24.132.349 | 2.200.000 |

CAPÍTULO V

Apreciação na Especialidade

A apresentação sectorial incidiu sobre as audições realizadas pela Comissão aos membros do Governo Regional, tendo por base a exposição efetuada por cada um dos Governantes, assim como a análise dos projetos e ações trazidos a debate pelos deputados regionais.

Apresenta-se igualmente, para os programas e projetos previstos para cada área sectorial, um quadro síntese elucidativo dos investimentos previstos.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Programa 5 – “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|--------------------------|------------------|-------------------|
| 5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação | 15.868.749 | 7.426.749 | 8.442.000 |
| 5.1 Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores | 11.787.569 | 3.845.569 | 7.942.000 |
| 5.2 Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação | 100.000 | 100.000 | |
| 5.3 Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica | 2.110.000 | 1.610.000 | 500.000 |
| 5.4 Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia | 1.871.180 | 1.871.180 | |

Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT):

A audição iniciou-se com a apresentação do Programa 5 por parte do Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT).

Em seguida a Deputada Catarina Cabeceiras pediu esclarecimento sobre a ação 5.1.3 e perguntou sobre o que foi feito com cada um dos Parques de Ciência e Tecnologia.

Em respostas o SRMCT disse que o previsto na ação 5.1.3 tem sido uma prioridade para o Governo dos Açores e que estas participações e relações internacionais são uma mais-valia. Disse ainda que está nesta ação o cofinanciamento de projetos. Relativamente aos Parques de Ciência e Tecnologia disse que os projetos tiveram de ser todos revistos já estando concluídos acrescentando que muito em breve será lançado concurso para a construção do Lote 32 muito direcionado para a instalação de empresas de base tecnológica.

A Deputada Mónica Seidi pediu o ponto de situação da antena de PERT, ao que o SRMCT informou que a mesma já esta construída, que quem irá ficar a geri-la será a Agência Espacial Portuguesa e que a mesmo entrará em funcionamento no início do próximo ano.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Programa 6 – “Educação, Cultura e Desporto”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------|
| 6. Educação, Cultura e Desporto | 65.345.725 | 64.920.725 | 425.000 |
| 6.1 Construções Escolares | 22.831.790 | 22.406.790 | 425.000 |
| 6.2 Equipamentos Escolares | 835.000 | 835.000 | |
| 6.3 Apoio Social | 9.804.400 | 9.804.400 | |
| 6.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação | 3.741.500 | 3.741.500 | |
| 6.5 Tecnologias da Informação | 623.277 | 623.277 | |
| 6.6 Projetos Pedagógicos | 3.651.867 | 3.651.867 | |
| 6.7 Dinamização de Atividades Culturais | 2.730.000 | 2.730.000 | |
| 6.8 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural | 10.850.629 | 10.850.629 | |
| 6.9 Atividade Física Desportiva | 720.000 | 720.000 | |
| 6.10 Desporto Federado | 7.424.520 | 7.424.520 | |
| 6.11 Infraestruturas e Equipamentos Desportivos | 1.876.742 | 1.876.742 | |
| 6.12 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto | 256.000 | 256.000 | |

Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

A audição iniciou-se com a apresentação dos Programas afetos à Secretaria Regional da Educação e Cultura por parte do Secretário Regional da Educação e Cultura.

Em seguida a Deputada Catarina Cabeceiras pediu feedback sobre o prémio de mérito aos alunos, sobre quando a abertura do Museu Francisco Lacerda e se quando da sua abertura se manterão os recursos humanos atuais, sobre o que está previsto na requalificação do Farol dos Rosais, sobre o que está previsto fazer com o montante afeto a São Jorge na ação referente a Infraestruturas de Equipamentos Desportivos.

Em respostas o SREC disse que, dos alunos que concluíram o 12º ano, entre 900 a 1000 ficaram em condições de ingressar a Universidade e que assim as candidaturas a esse prémio não deverão atingir o montante previsto em orçamento. Relativamente ao Museu Francisco



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Lacerda disse que neste momento está a decorrer de acordo com o previsto, ao contrário do que aconteceu anteriormente, devido à localização do mesmo e a divergências entre o projetista e o empreiteiro que já estão resolvidas e ultrapassadas e que se acautelarão para que o Museu abra com os recursos humanos necessários e adequados. Sobre o Farol dos Rosais disse que é uma ação que já vem de 2019 e que há intenção de a implementar, ainda implicando o esclarecimento sobre a detenção de propriedade do espaço. Esclareceu ainda que o Governo Regional não pode intervir em espaços que não são pertença da Região. Relativamente à verba afeta às Infraestruturas em São Jorge disse ser uma verba adequada para garantir o funcionamento das infraestruturas que existem na ilha.

A Deputada Mónica Seidi pediu discriminação do valor das reparações previstas na ação 6.1.20, para que serve a verba prevista em 6.8.17 e para que será o valor previsto em 6.8.31.

Em respostas o SREC disse que na ação 6.1.20, relativa à Escola de Santa Maria este montante não inclui a recuperação da cozinha do estabelecimento que já decorre. Contudo inclui a intervenção do ginásio que será de quinhentos e treze mil euros, quarenta e um mil euros para demolição do “Bloco C”, substituição parcial da vedação com cerca de trinta e dois mil euros, duzentos e trinta e quatro mil euros para a união dos diferentes Blocos do edifício e mais seiscentos e trinta e um mil euros para intervenções diversas. Relativamente à ação 6.8.17, relativa à obra do cinema do aeroporto disse que houve um pedido de prorrogação de mais quatro meses para completar a empreitada, havendo um valor de trezentos mil euros para equipamentos para o espaço. Já a ação 6.8.31 é referente à recuperação de duas das casas “dos franceses”, como são chamadas.

O Deputado Jorge Jorge interveio para dizer que neste Plano não é dada resposta à falta de professores que existe na Região, realça a revogação da norma do estatuto do aluno e que previa as aulas de recuperação nas férias. Referiu-se ao custo das refeições escolares dando agora maior margem para que haja melhor qualidade. Referiu que a formação contínua de professores fica aquém das necessidades e perguntou sobre a estimativa de resolução do problema estrutural do edifício na Escola das Lajes do Pico. Referiu ainda que os trezentos e catorze mil euros para o Museu de Construção Naval em Santo Amaro desejando que, para além da construção, se tivesse cuidado no que se apresenta naquele espaço de forma a valorizar ainda mais o objetivo. Perguntou ainda para que servirá a verba prevista na ação 6.8.7.

Em respostas o SREC disse que a questão de falta de professores deve ser vista com racionalidade já que há menos professores no mercado e devemos entender os motivos para esse



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

facto não estando esse problema só do lado dos Governos, mas também do lado das universidades. Sobre a Escola das Lajes do Pico disse que está a ser feito o estudo dos motivos para saber o que será feito. Disse ainda que é claro que é importante adequar as informações aos espaços criados e que a verba da ação 6.8.7 servirá para continuar a preservar o património baleeiro.

O Deputado César Toste pediu esclarecimento sobre os valores para o SOREFIL, sobre qual o ponto de situação do Passaporte Cultural, sobre se o valor para o apoio às atividades culturais – RJAAC – é suficiente já que o mesmo tem vindo a aumentar e perguntou sobre que tipo de exposição irá para o Palácio Bettencourt, perguntou sobre o ponto de situação das obras previstas para o Museu da Horta e na Trinity House e sobre o Património Arqueológico Subaquático o que está previsto realizar.

Em respostas o SREC disse relativamente ao SOREFIL que houve proposta de acréscimo em 2019 e o certo é que as candidaturas não esgotaram essas verbas, ou seja, a verba corresponde a uma suficiente almofada para suportar um acréscimo de candidaturas, relativamente ao Passaporte Cultural disse que está marcado um Conselho de Cultura dos Açores e que este é um dos temas a ser discutido. Relativamente ao RJAAC o SREC classificou-o como suficiente e tem sido adaptado às necessidades. Relativamente ao Palácio Bettencourt disse que será intervencionado de forma prévia devido ao encontro de térmitas no edifício e que só depois há a intervenção para musealizar o espaço. No Museu da Horta haverá um projeto para que o museu conte a história da Horta e do Faial. Sobre a Trinity House esclareceu que esta foi encerrada por motivos de segurança e que será retificado o teto e as impermeabilizações. Relativamente à ação 6.8.30 sobre o património arqueológico subaquático referiu a construção de módulos de apoio sendo uma para a Terceira e outras para as Flores.

A Deputada Renata Correia Botelho pediu o ponto de situação sobre a empreitada no Museu Carlos Machado ao que o SREC respondeu que esta intervenção já está em análise no Tribunal de Contas.

Programa 7 – “Juventude”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---------------------|--------------------------|------------------|-------------------|
| 7. Juventude | 1.797.907 | 1.797.907 | |
| 7.1. Juventude | 1.797.907 | 1.797.907 | |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP):

A audição iniciou-se com a apresentação do Programa 7 por parte da Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (SRAPAP).

Em seguida a Deputada Catarina Cabeceiras perguntou sobre o motivo da verba afeta ao Observatório da Juventude ter sofrido uma redução para metade. Sobre a redução do valor dos projetos comunitários e sobre os montantes afetos à Ilha de São Jorge.

Em respostas o SRAPAP que as verbas têm vindo a diminuir devido à readaptação das ações do próprio Observatório da Juventude, não significando isso uma diminuição à importância do trabalho lá desenvolvido e deu exemplos desse trabalho. Relativamente aos projetos comunitários disse que o valor é para a participação da Direção Regional da Juventude em reuniões e não o valor para participação no ERASMUS e que segundo a planificação prevista requer este montante orçamentado. Já relativamente aos montantes afetos à ilha de São Jorge disse que é com referência à procura que existiu em 2019 e acrescentou que oxalá seja maior em São Jorge já que estes são montantes que dependem da iniciativa e candidaturas da juventude.

A Deputada Mónica Seidi pediu programas e consequências práticas sobre o observatório da juventude, que outras ações são desenvolvidas para além do ENEAz e se pretende o Governo Regional ter ações próprias e perguntou ainda sobre o ponto de situação do DLR sobre políticas de juventude que o SRAPAP se disponibilizou para rever desde o primeiro ano da legislatura.

Em respostas o SRAPAP disse que o Observatório de Juventude é uma parceria com a Universidade dos Açores e que não cabe a este observatório definir políticas de juventude, mas sim a produção de conhecimento e desenvolvimento de ações de aquisição de conhecimento. Lembrou ainda que no final de 2018 foram lançados dois livros e que foram amplamente noticiados e que foi trabalho do próprio observatório. Referiu ainda que a verba do ano passado não foi utilizada na totalidade e que o Observatório se encontra em reformulação. Sendo esse trabalho elementos úteis para se definirem políticas. Já sobre o DLR disse que tinha havido um revés no processo, e que defendiam que o que faria sentido é as Associações pronunciarem-se sobre todos os regulamentos da DRJ para que as alterações comecem por aí.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Programa 8 – “Saúde”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|
| 8 Desenvolvimento do Sistema de Saúde | 45.435.972 | 45.435.972 | |
| 8.1 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas | 3.874.102 | 3.874.102 | |
| 8.2 Beneficiação de Infraestruturas | 2.580.771 | 2.580.771 | |
| 8.3 Parcerias Público Privadas | 11.779.199 | 11.779.199 | |
| 8.4 Apetrechamento e Modernização | 1.656.748 | 1.656.748 | |
| 8.5 Apoios e Acordos | 7.619.693 | 7.619.693 | |
| 8.6 Projetos da Saúde | 8.465.500 | 8.465.500 | |
| 8.7 Formação | 59.000 | 59.000 | |
| 8.8 Tecnologias de informação na Saúde | 2.600.000 | 2.600.000 | |

Audição da Secretária Regional da Saúde (SRS):

A audição com a apresentação do Programa 8 por parte da Senhora Secretária Regional da Saúde (SRS).

Em seguida a Deputada Mónica Seidi perguntou sobre em que fase está a obra do serviço de urgência do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), sobre o motivo de haver duplicação das Flores nas ações 8.2.1 e 8.2.2, pediu explicações sobre o motivo de já estar executado 92,7% da verba prevista para a parceria público-privada no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), sobre o ponto de situação da Ressonância Magnética no HDES, pediu explicações sobre o montante previsto na ação 8.5.1 já que o pretendido é aumentar o número de vagas e o valor disponível é o mesmo. Pediu ainda esclarecimento sobre o que pretende fazer o Governo Regional com o montante previsto da ação 8.5.2 e sobre a duplicação do montante na ação 8.5.3 e a que se deve o montante previsto na ação 8.5.5.

Em respostas a SRS foi dizendo que já foi revisto o plano da urgência do HDES que a obra prevista será remodelada e avançará. Esclareceu que a intervenção Nas Flores está a decorrer, mas que há uma rubrica que suporta trabalhos a mais necessários. Disse que o pagamento dos 92,7% corresponde ao pagamento mensal realizado até ao mês de novembro. Sobre a Ressonância Magnética informou que só falta a implementação. Sobre a ação 8.5.1 disse que a Equipa de Coordenação Regional está a analisar uma melhor distribuição das camas, não havendo falta de camas na rede. Sobre a ação 8.5.2 disse ser um montante que tem de ser



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

analisado em 2020 ainda com mais cuidado e que serão avaliados os incentivos não só com base financeira, mas também com base formativa, por exemplo. Sobre a duplicação do montante da ação 8.5.3 esclareceu que se refere a uma série de medidas e alguns atos convencionados, nomeadamente em São Miguel que antes era do HDES e passou para a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel. Já sobre a ação 8.5.5 disse ser uma medida Direção Regional do Combate às Dependências e que suportará os equipamentos adquiridos para o Solar da Glória.

Ação 8.6.1 a deputada questionou a duplicação de valores face ao ano transato, SRS respondeu que a mesma se devia a deslocação de médicos e doentes. 8.6.2 Vale Saúde, quanto foi utilizado até ao momento. SRS não respondeu. 8.6.7 CIRURGE, a deputada questionou o fato do montante ser igual ao do ano passado. SRS respondeu que era o suficiente, pois cada vez mais entram mais médicos na região, logo a produção virá a aumentar e será necessário operar menos fora dos tempos normais. 8.6.20 a deputada questionou que fármacos e doenças estariam em causa. A SRS respondeu que se dirigia a medicação Biológica, no âmbito das Autoimunes, doenças raras, erradicação da hepatite C, HIV. 8.7.2 A que se destina os 55 mil euros no âmbito da formação. A SRS respondeu que diz respeito ao plano de formação da DRS, que englobará também a Medicina do Viajante, Metodologias no âmbito da Medicina Baseada na Evidência e curso de suturas. 8.8 A deputada questionou o valor inscrito e o que tinha sido implementado. A SRS respondeu que estava em curso já a ligação de todas as unidades de saúde da região, inclusive aos convencionados do SRS. Em replica a deputada questionou então como é que o relatório de execução do 3º Trimestre de 2019 em relação a esta rubrica apresentava uma execução de 0%. A SRS ficou de apresentar documentos a esta comissão.

A Deputada Catarina Cabeceiras perguntou se já há data para intervenção no Centro de Saúde das Velas. E se com o contrato com a Santa Casa da Misericórdia das Velas se perspetiva a intenção de recuperação do espaço, perguntou se já estão definidos os equipamentos e para que Unidades de Saúde irão, se a verba prevista para a melhoria das acessibilidades de diagnóstico e terapêutica é suficiente e qual o tempo que os utentes estão à espera para o reembolso das deslocações e se estão a ser cumpridos os tempos de espera para cirurgias em todas as especialidades.

Em respostas a SRS esclareceu que a obra já começou e que o contrato sendo de dez anos deverá ter no contrato cláusulas a prever o fim da parceria, contudo, com este investimento deverá haver garantias de se manter lá o Centro de Saúde. Disse que no mapa transversal da ação 8.4 se vê, por ilha, os montantes acrescentando que estão previstos todos os equipamentos necessários. Disse também que se aumenta as verbas para as deslocações de médicos e utentes



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

em algumas áreas da ação 8.6.1 para se garantir 2020 melhor que 2019. Relativamente ao pagamento dos reembolsos das deslocações disse que está a demorar cerca de uma semana, dependendo do próprio processo administrativo.

O Deputado César Toste pediu explicações sobre a valorização dos Enfermeiros nos Açores, ao que a SRS disse que a rubrica de Recursos Humanos não é especificamente separada por áreas e que se for consultada poderá ver-se que há um aumento desta rubrica para 2020. Acrescentando que houve descongelamento da carreira à semelhança das restantes carreiras, e que está a ser avaliada entre o Governo Regional e os próprios Sindicatos.

O Deputado Jorge Jorge solicitou ponto de situação sobre os incumprimentos de forma generalizada sobre o tempo máximo de resposta garantido, questionou ainda sobre o atraso na abertura da hemodiálise do Centro de Saúde da Madalena.

Em respostas a SRS disse que as medidas a implementar são para minimizar ao máximo estas situações e sobre a hemodiálise disse que há todo um processo técnico que precisa ser ultrapassado para garantir a qualidade da água já que o mais importante é a saúde do doente. Disse também que a não abertura do mesmo se deve ao facto de um dos parâmetros da água estar fora do que é o valor limite, pelo que enquanto não estiver normalizado não será possível.

A Deputada Mónica Seidi voltou a intervir para solicitar explicações sobre como se pretende fazer a redistribuição das camas da RRCCI, ao que a SRS disse que a propostas será feita pelas Equipas de Coordenação Local.

Programa 9 – “Solidariedade Social”

| Programa / Projeto | Investimento Público (€) | Plano (€) | Outros Fundos (€) |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------|
| 9. Solidariedade Social | 26.332.349 | 24.132.349 | 2.200.000 |
| 9.1 Apoio à Infância e Juventude | 2.759.074 | 2.759.074 | |
| 9.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços | 13.153.989 | 10.953.989 | 2.200.000 |
| 9.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais | 4.496.682 | 4.496.682 | |
| 9.4 Apoio a Idosos | 4.431.504 | 4.431.504 | |
| 9.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza | 1.491.100 | 1.491.100 | |



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Audição da Secretária Regional da Solidariedade Social (SRSS):

A audição iniciou-se com a apresentação do Programa 9 por parte da Senhora Secretária Regional da Solidariedade Social (SRSS).

Em seguida o Deputado João Bruto da Costa questionou sobre quais os complementos que sofrerão aumento e qual será o valor efetivo deste aumento, perguntou se há previsão de alteração do salário mínimo regional. Sobre o Complemento Regional de Pensão (CRP) pediu esclarecimento sobre a alteração da indexação dos apoios sociais e sobre a atualização dos intervalos daquilo que é a atualização do próprio indexante e perguntou se existe previsibilidade dos montantes absolutos, perguntou ainda se o Complemento Regional do Abono de Família sofrerá alteração no próximo ano, já que aumentou 6% em 2019.

Em respostas a SRSS disse que relativamente ao salário mínimo disse que esta questão deverá ser colocada à área respetiva e relativamente aos valores absolutos do CRP estão previsto vinte e cinco milhões de euros assegurados anualmente para esse efeito. Relativamente ao Complemento Regional ao Abono de família disse que não está previsto aumento no próximo ano.

A Deputada Catarina Cabeceiras perguntou sobre que intervenções serão feitas e qual o ponto de situação das três intervenções anunciadas para a ilha de São Jorge e se a intervenção na Santa Casa da Misericórdia das Velas iniciará no início do próximo ano. Já em relação ao apoio aos idosos na Calheta perguntou se já foi pensada a criação uma estrutura de apoio aos idosos na zona do Topo.

Em respostas a SRSS disse que está prevista a reabilitação integral do CAO que já decorre e que deverá estar concluída no primeiro trimestre do próximo ano, na Casa de Repouso João Inácio de Sousa disse que já se iniciou no corrente ano com a reabilitação da cobertura e que no próximo ano se aumentará a cozinha e a reabilitação da estrutura existente relativa aos elevadores. Relativamente à Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia das Velas disse ser uma intervenção de reabilitação de redes elétricas e também para equipamento e manutenção do espaço bem como aquisição de novo equipamento e mobiliário. No Topo disse que há uma prioridade definida e que é referente a Creche e Jardim de Infância e que através da cedência de um espaço por parte da Congregação está a ser equacionada a criação de um espaço intergeracional ou se só será possível a Creche e Jardim de Infância.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Permanente de Assuntos Sociais

A Deputada Mónica Seidi pediu esclarecimento sobre a verba inscrita para o Centro Comunitário do Lameirinho, sobre se a verba prevista para os Cuidadores Informais são já para subsídios. Pediu informação sobre a verba prevista para o pavimento do Lar do Raminho. Pediu esclarecimento sobre os apoios previstos à iniciativa privada lucrativa e explicações sobre os Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (SCMPD).

Em respostas a SRSS disse que sobre o Centro Comunitário do Lameirinho o montante é para a realização do projeto de arquitetura e de especialidades, numa parceria entre a Instituição, O Governo Regional e a Câmara Municipal. Sobre os Cuidadores Informais disse que o montante é destinado a assegurar o financiamento previsto no Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal. Disse ainda que o apoio à iniciativa privada lucrativa é referente à manutenção do apoio a duas empresas que dão apoio a idosos. Já relativamente à SCMPD disse que é parte da empreitada que ainda não se iniciou no ano corrente por atrasos no licenciamento e que parte foi executado nos projetos de especialidade. Relativamente ao Raminho disse que é uma obra estimada em cerca de dezasseis mil e quinhentos euros, essencialmente para substituição do pavimento parcial do edifício.

O Deputado João Bruto da Costa, com base no n.º 6 do art.º 41, perguntou se basta o requerimento para manutenção do escalão. Em que a SRSS respondeu que sim.

CAPÍTULO VI

Parecer

Da análise efetuada pela Comissão de Assuntos Sociais pode concluir-se que a Proposta de Plano Regional Anual para 2020 inscreve, naqueles que são os objetivos, programas, projetos e ações da competência desta Comissão, verbas congruentes com a programação traçada nas Orientações de Médio Prazo 2017-2020, sem prejuízo da atual adaptação ao atual contexto económico e financeiro.

Constata-se ainda que a Proposta de Plano Regional Anual para 2020 contempla, nas áreas de competência desta Comissão, programas e ações que asseguram a prossecução dos objetivos previstos no Programa do XII Governo Regional, inscrevendo as verbas necessárias à sua execução.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Assim, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com o voto favorável do PS, abstenção com reserva para Plenário do PSD, CDS-PP e PPM, emitir parecer favorável das Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020, nas áreas da sua competência.

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Ávila'.

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e com a abstenção do PPM.

A Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Renata Correia Botelho'.

(Renata Correia Botelho)